

F - 1132

RELATÓRIO SOBRE O SETOR DA PESCA

Elaborado pelo GT constituído pela Portaria 36/71

I - A EVOLUÇÃO, A SITUAÇÃO ATUAL E AS PERSPECTIVAS
DO SETOR DA PESCA

1. A evolução da produção de pescado no Brasil no período 1960/69 é retratada no Quadro I anexo, segundo os dados do IBGE. Deve-se registrar que há divergências consideráveis entre os números apresentados por esse Órgão oficial de estatística e os apurados por outras entidades que têm atuado no setor, como a FAO e a SUDESUL.

Considerando os cinco últimos anos da série, para os quais a divergência de dados é menor, encontra-se uma taxa de crescimento média anual de 4,4%, que indica uma evolução algo dinâmica sem ser extraordinária. A participação do setor na formação do Produto Interno não é das mais expressivas, oscilando em torno de 0,3% conforme se observa no mesmo Quadro I.

2. Analisando, separadamente, essa evolução por espécie de pescado no período 1965/69 verifica-se que, enquanto a produção de peixes aumentou em 17% nos quatro anos (peixe de água doce mais 14% e peixe de mar mais 18%), a produção de crustáceos, em 1969, foi em 23% superior à de 1965.

3. Na distribuição da produção por região predominam os Estados do Sul e Sudeste, com mais de 60% do total, sendo as seguintes as principais unidades produtoras em 1969 (mais de 20.000t):

Rio Grande do Sul.....	75.145 t
São Paulo.....	60.294 t
Santa Catarina.....	56.830 t
Rio de Janeiro.....	50.856 t
Maranhão.....	48.537 t
Pará.....	47.722 t
Guanabara.....	42.135 t
Ceará.....	22.783 t
Amazonas.....	21.031 t

4. A industrialização do pescado retratada no Quadro II apresentou um crescimento de 50% no período 1966/69, substancialmente maior do que o verificado na captura.

A composição da produção, segundo o tipo de mercadoria, sofreu significativa alteração neste período, elevando-se a participação dos produtos congelados, conforme as seguintes percentagens:

INDUSTRIALIZAÇÃO DO PESCADO

Tipos de Mercadoria	1966 %	1969 %	Variação Percentual
1. Pescado salgado e sêco.....	53,2	41,3	- 11,9
2. Pescado congelado.....	15,8	30,7	+ 14,9
3. Pescado em salmoura.....	0,8	0,7	- 0,1
4. Pescado defumado.....	-	0,1	+ 0,1
5. Pescado enlatado.....	24,6	20,3	- 4,3
6. Outros produtos e subprodutos...	5,6	6,9	
TOTAL	100,0	100,0	

5. Para chegar-se, todavia, à plena utilização da capacidade de industrialização instalada há necessidade de quantidades de matéria-prima muito superiores ao volume atual de captura. Uma previsão feita para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em recente estudo elaborado para a SUDESUL, considerando os projetos em curso, resulta num coeficiente de utilização pouco superior a 50% em 1975.

Essa situação se repete nos demais Estados onde se concentra a atividade pesqueira havendo, quase sempre, um acentuado desequilíbrio entre as capacidades de captura e de industrialização, dando como resultado grandes margens de ociosidade nas instalações industriais e indicando claramente que um dos pontos de estrangulamento do setor de pesca se localiza na captura.

6. Na captura de pescado no Brasil é elevada a participação daquela oriunda de atividade artesanal, caracterizada pela ausência de tecnologia moderna, pelo emprêgo de numerosa mão-de-

-obra e pela impossibilidade de obtenção de um produto de baixo custo. Essa participação tem-se situado em torno de 50% da produção total de pescado no período 1966/69.

7. As importações brasileiras de pescado apresentam cifras bastante expressivas (63.000t em 1970), conforme se pode observar no Quadro III. As taxas de crescimento têm sido substancialmente altas, verificando-se um incremento de mais de 250% entre 1965 e 1970.

O bacalhau representa o item de maior peso, com uma preponderância que, embora venha caindo continuamente nos últimos anos, ainda é muito alta (48.000t; 75% do total), sendo a farinha de peixe o segundo produto de maior peso (11% do total).

8. As exportações brasileiras de pescado são ainda pouco expressivas (cêrca de 10.000t em 1970, representando 0,3% do comércio internacional do produto) mas o seu crescimento tem-se dado a taxas muito elevadas e as suas perspectivas não devem ser desprezadas, principalmente no que se refere ao pescado capturado nas regiões norte e nordeste do País. Os dados dessa exportação são apresentados no Quadro IV, onde se observa a importância dos crustáceos (lagosta e camarão) no total exportado, importância essa que se avulta sobremaneira quando se consideram as cifras em valor.

9. O consumo aparente de pescado no Brasil evoluiu à taxa média anual de 5,6% entre 1965 e 1969, conforme se verifica no Quadro V. O consumo per capita, no mesmo período, passou de 5,37 quilos/hab. para 5,88 quilos/hab., devendo ser considerado ainda muito baixo, mesmo num país onde a carne bovina tende a predominar amplamente como fonte supridora de proteína animal. Basta observar que, homogeneizados os índices em termos de total de proteínas ingeridas, o nível considerado mínimo para as necessidades vitais do homem é de 25,5kg/hab.ano e a média da população brasileira, além de situar-se abaixo desse nível mínimo, em 24,2kg, tem na sua composição uma participação fraca de proteínas de origem animal, que são as mais completas no tocante à disponibilidade dos amino-ácidos essenciais. Esse consumo médio anual de proteínas de origem animal, que no Brasil é de 6,6kg, nos EEUU é de 25kg, na França de 21,8kg, na Argentina de 21,4kg, na Grécia de 15,7kg, na Espanha de 12,7kg, no Japão de 10,3kg e no Chile de 9,9kg (Dados de 1966/68 - CONDEP-Mercado Internacional de Carnes)

As empresas de pesca existentes não sentiram, até o momento, grandes restrições do lado do mercado (demanda) se bem que

novos processos de comercialização estejam sendo cogitados, experimentados e mereçam algum incentivo. A experiência da colocação de produtos de custo mais baixo, como o peixe sêco ou salgado, poderia merecer atenção maior por parte das entidades oficiais. Por outro lado, as empresas que se dedicam ao transporte ressentem-se da falta de carga a transportar, para conseguir um bom aproveitamento de suas frotas de caminhões frigoríficos. A introdução de sistemas de transporte capazes de operar a custos mais baixos, em conjunção com entrepostos bem localizados, é desejável e deve ser estimulada, na medida em que, com a redução de preços, possam-se abrir mercados potenciais do interior e do nordeste do País.

As observações e sugestões que a esse respeito têm sido feitas em diversos trabalhos pelo Almirante Paulo Moreira da Silva, de competência unânimemente reconhecida, devem servir de base, no entender do Grupo, a iniciativas Governamentais de estímulo à criação de tais sistemas, destinados a levar os peixes baratos e abundantes do sul ao norte do País, e trazer de lá os peixes finos, mais compatíveis com a demanda das populações de renda mais alta.

10. Em resumo, as perspectivas do setor como um todo não devem ser avaliadas com muito otimismo, considerando o poder de competição da carne bovina, dadas as condições propícias ao maior desenvolvimento da pecuária no País. Possibilidades para uma expansão importante existem, todavia, já que o mercado interno está longe de apresentar sinais de saturação ou índices razoavelmente satisfatórios no que respeita ao consumo de proteínas de origem animal.

11. Faltam estudos oceanográficos mais detalhados e sistemáticos capazes de fornecer indicações suficientemente precisas sobre as reservas ictiológicas das costas brasileiras, sobre a sua localização, seus deslocamentos, e sobre a riqueza das populações mais importantes, a fim de que se possam avaliar os níveis quantitativos aos quais se pode projetar a captura, sem perigo de provocar a extinção de algumas das espécies principais.

12. Com base nas informações disponíveis, tem-se como certa a possibilidade de dobrar os atuais volumes de captura, atingindo cerca de 1.000.000t anuais, sem incorrer nos riscos acima referidos. As melhores perspectivas para esse incremento parecem estar na pesca de:

- i. Peixes capturados por arrasto (merluza, corvina, pescada) nas costas do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina.
- ii. Sardinha nas costas de Sta. Catarina para o norte, até os Estados do Rio de Janeiro e Guanabara.
- iii. Peixes finos, capturados em pesca de linha (atum, pargo e cavala) na região do nordeste, próximo à costa e em águas oceânicas além da plataforma.
- iv. Lagosta nas costas do Nordeste.
- v. Camarão no extremo norte do País.

13. Para obter maior velocidade no crescimento da produção, devem merecer prioridade os investimentos destinados a:

- i) ampliação e melhoria da frota pesqueira nacional;
- ii) melhoria das instalações nos terminais de desembarque (portos pesqueiros), com vistas à diminuição do período de imobilização dos barcos;
- iii) estudos oceanográficos que possibilitem elevar a produtividade dessa frota pesqueira;
- iv) formação de maior quantidade de mão-de-obra especializada para a pesca industrial, visando ao aumento da eficiência na operação dos barcos mais modernos.

14. Das prioridades acima relacionadas, a mais importante parece ser a primeira, decorrente da insuficiência e da inadequabilidade da nossa frota pesqueira. Os barcos importados têm-se mostrado excessivamente sofisticados e caros para propiciar uma rentabilidade satisfatória. Os estaleiros nacionais, por outro lado, não dispõem de projetos de barcos capazes de oferecer os melhores resultados, sob o ponto-de-vista técnico e econômico, para a nossa pesca. A elaboração desses projetos e a construção, no País, de barcos padronizados em estaleiros especializados são objetivos que devem merecer estímulo.

II

A ATUAÇÃO DA SUDEPE E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA

A SUDEPE, entidade vinculada ao Ministério da Agricultura, criada em outubro de 1962 pela Lei Delegada nº 10, é o órgão do Governo responsável pela orientação da política do setor da pesca, tendo, entre outras atribuições, a de elaborar e promover a execução do Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca e a de aprovar projetos e liberar recursos oriundos de incentivos fiscais segundo o mecanismo instituído pelo Decreto-Lei nº 221, de fevereiro de 1967.

2. A atuação da SUDEPE tem se ressentido de deficiências graves de natureza administrativa, mormente no que respeita à disponibilidade de pessoal técnico habilitado para efetuar a análise dos projetos e o controle da respectiva execução. A atual Administração reconhece essas deficiências e procura obviá-las, providenciando a elaboração de estudos para uma reforma de sua organização, encontrando, porém, dificuldades na busca de solução para o problema da remuneração adequada do seu quadro técnico.

3. Ao que parece, não tem havido nenhum controle da execução dos projetos aprovados para efeito de captação de recursos provenientes de incentivos fiscais. Os valores aprovados e liberados são bastante expressivos — Cr\$ 1.665 milhões de investimento total aprovado, sendo Cr\$ 1.464 milhões de aplicações de incentivos fiscais, dos quais Cr\$ 319 milhões já liberados até abril do corrente ano — e os casos de má utilização parecem frequentes, numa proporção que deve merecer séria preocupação. Urge que se faça um levantamento cuidadoso da situação de cada um desses projetos, tendo a nova Administração da SUDEPE manifestado a intenção de fazê-lo imediatamente.

4. Em 1963 a SUDEPE elaborou o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, o qual não obteve aprovação. O 2º Plano foi formulado em 1969, fixando como meta a produção de 2 milhões de toneladas anuais de pescado, atingíveis ao fim do quinquênio 70/74; sua viabilidade, porém, dependendo da prorrogação, por mais 5 anos, dos incentivos fiscais estabelecidos no D.L.221/67, cuja vigência expira no exercício de 1972. Essa meta de 2 milhões de toneladas parece, entretanto, completamente irrealista. Em 1969, segundo dados do Ministério da Agricultura, a produção alcançou apenas 501.197 t, pouco acima das 500.387 t. produzidas em 1968. Assim, para que a meta programada fosse efetivamente alcançada no fim do período estabelecido, seria necessária a partir de 1970 uma taxa média de crescimento anual superior a 25%.

O montante de recursos de investimento admitidos pela SUDEPE, como necessários para produção dos 2 milhões de t, seria da ordem de Cr\$ 1.680.000 mil (a preços de 1969).

5. Não houve no Plano a preocupação de definir as quantidades ideais por espécie de pescado que deveriam compor os 2 milhões de t. Em decorrência, também não foi projetada a composição da frota pesqueira que melhor atendesse às metas fixadas. Reunindo os dados correspondentes à compra de barcos dos projetos aprovados pela SUDEPE, com base no D.L. 221/67, até abril de 1969, tem-se a seguinte previsão de acréscimo da frota pesqueira, correspondente à completa realização dos mesmos:

Classificação	Quantidade	Ton. total	Ton. média
Camaroneiros	338	7.522	22,3
Traineiros	69	4.375	63,4
Arrasto	46	7.196	156,4
Linha	29	1.507	52,0
Lagosteiros	19	283	14,9
TOTAL	501	20.883	41,7

Aos níveis de produtividade na captura atualmente observados, a esse acréscimo de frota corresponderia uma produção adicional inferior a 200.000 t/ano, ou seja, menos de 15% do objetivo básico de crescimento do Plano da SUDEPE. Ademais, deve-se considerar bastante duvidosa a realização completa daqueles projetos.

6. Previu-se, entretanto, também como consequência dos projetos aprovados, um aumento de produtividade da frota existente, que se somaria à produção obtida pelos novos barcos. Adicionando-se os dois efeitos (barcos novos + aumento de produtividade), ter-se-ia o seguinte acréscimo de produção anual, segundo as estimativas do Plano:

Espécies	Acréscimos em t/ano
A. TOTAL Peixes	<u>338.984</u>
Sardinha	202.830
Tainha e anchova	2.780
Peixes de arrasto	74.426
Peixes de linha	5.971
Atum	7.088
Peixes diversos	30.831
Mistura	15.057

(continua)

Espécies	Acréscimos em t/ano
B. TOTAL Crustáceos	<u>35.692</u>
Camarão	34.803
Lagosta	889
C. TOTAL GERAL	<u>374.677</u>

Confrontando-se a produção verificada em 1966 - 436.000t - com aquela obtida em 1969 - 501.000t - quando os projetos aprovados em 1967 e 1968 já deveriam estar produzindo resultados, tem-se uma medida de quanto será difícil atingir-se o incremento anual estimado pela SUDEPE (375.000t), mais de cinco vezes maior do que o observado nos dois primeiros anos de vigência dos mecanismos de incentivo.

7. O 2º Plano de Desenvolvimento da Pesca define as necessidades de pesquisas marítimas detalhando os recursos financeiros exigidos para investimentos na aquisição de equipamentos e treinamento de pessoal especializado (biólogos, comandantes e maquinistas). Para implantação desse programa em 5 anos seria necessário um investimento de Cr\$ 21.590 mil e mais um aporte anual de Cr\$ 9.796 mil para cobrir as despesas de operação. As prioridades definidas para o período coberto pelo Plano foram as seguintes:

- a) Pesca exploratória.
- b) Biologia e dinâmica de populações
- c) Estudos ecológicos
- d) Formação de pessoal.

Em 1969, entretanto, a SUDEPE investiu apenas Cr\$ 1.300 mil em pesquisas, diretamente ou em convênios. Presentemente desenvolve-se um Convênio firmado com a FAO, aguardando-se a chegada de dois navios oceanográficos operados por técnicos daquela entidade internacional, devendo um deles ser utilizado no Norte e o outro no Sul do País.

8. Para consecução da meta estipulada no Plano, a SUDEPE estimou também o custo de um programa de formação de mão-de-obra nos setores de captura, industrialização de pescado e manutenção de equipamentos, tendo chegado a um total de Cr\$ 712.686,00.

9. Na formulação da política de portos pesqueiros, considerando as estimativas de captura por regiões e o tráfego da frota pesqueira nacional, foram definidas as seguintes áreas prioritárias:

- Primeira prioridade (locais onde a falta de facilidades portuárias já se constitui em grave limitação à expansão

da produção): Rio Grande, Itajaí, Santos, Niterói.

- Segunda prioridade (locais onde a carência de pôrto será fator de estrangulamento a médio prazo): Laguna, Paranaguá, Vitória, Recife/Cabedelo, Fortaleza, Belém.

10. Em relação às estatísticas sobre a pesca, tanto marítima como de água doce, a SUDEPE pretendeu que o IBGE deixasse ao seu encargo, a partir de 1970, a realização dos inquéritos anuais. Alega que as informações coletadas apresentam margem de erro devido à metodologia empregada. Elaborou, então, um programa para reformular a metodologia e atender, ao mesmo tempo, às necessidades do Registro Geral da Pesca, instituído pelo D.L. nº 221/67.

11. Finalmente, considerando a elevada participação da chamada pesca artesanal na produção total de pescado do País (em torno de 50%) e o grande número de pessoas que têm nessa atividade o seu meio de subsistência, a SUDEPE traçou um Plano de Promoção que dá ênfase ao aspecto da comercialização do produto. A principal característica desse Plano é a intervenção do Governo como elemento regulador das relações entre o pescador e o intermediário, através da implantação de uma rede de entrepostos de pesca localizados em pontos estratégicos de concentração de desembarque, onde seria realizado o leilão do pescado a partir de um preço mínimo estipulado em função dos custos de produção. A iniciativa, todavia, não foi levada a efeito, sendo difícil emitir-se uma opinião segura sobre o acerto daquela proposição.

III

A ATUAÇÃO DO BANCO NO SETOR

A presença do BNDE no setor da pesca tem sido marcada, principalmente, por dois tipos de colaboração financeira, a saber:

- a) Financiamentos e avais para a realização de projetos integrados, incluindo-se a compra de barcos no País e no Exterior, dentro do Programa FIPEME.
- b) Financiamentos para a construção de barcos em estaleiros nacionais, dentro do "Programa Experimental" instituído pela Decisão do C.A. nº 219/69, de 7/11/69.

No que tange ao primeiro tipo de colaboração, foram contempladas três empresas em operações contratadas diretamente com o Banco, somando os financiamentos a Cr\$ 4.130 mil e os avais a Cr\$ 594,8 mil. Além dessas operações diretas, foram atendidas, ainda dentro do Programa FIPEME, mais de 30 empresas pelos diversos Agentes Financeiros, num total de financiamentos próximo de Cr\$ 20 milhões.

Quanto aos financiamentos referidos no item b acima, já foram atendidas 4 empresas, estando uma quinta em fase de contratação, totalizando a contribuição do Banco, neste Programa Experimental, Cr\$ 17.530 mil.

2. A atuação do BNDE no setor não se limitou, porém, às operações mencionadas no item precedente. Deve ser referida ainda, pela sua importância qualitativa, a decisão de apoiar via FMRI a construção de um 2º protótipo de barco de pesca pelo estaleiro EMAQ, que anteriormente já havia desenvolvido um projeto com recursos próprios (1º protótipo), no momento em fase de teste. Trata-se de um barco bastante versátil, projetado para operar nas condições existentes na nossa costa e a ser fabricado em série no citado estaleiro.

3. Os resultados dessa atuação, entretanto, por motivos diversos, muitos dos quais fora do controle do Banco, não se podem considerar plenamente satisfatórios à vista dos objetivos colimados.

Com efeito, no que respeita aos financiamentos FIPEME, embora as três empresas atendidas diretamente pelo Banco estejam em situação normal, verificaram-se vários casos de atraso e de insucesso entre aquelas que receberam auxílios através de Agentes. A falta de uma política mais criteriosa e disciplinadora do Governo, no setor, permitiu um crescimento desordenado e desequilibrado do lado das empresas, gerando um clima propício à tentativa de realização de projetos irrealistas e prejudicando, por vezes, o êxito de outros melhor estruturados. Ante essa circunstância, seria aconselhável que o Banco exigisse doravante dos seus agentes repassadores que todos os novos projetos no setor de Pesca fôssem previamente submetidos à sua autorização até que um levantamento geral da situação dos já aprovados seja executado pela SUDEPE.

Quanto ao Programa Experimental de apoio à construção de barcos no País, seria prematura qualquer apreciação dos seus resultados, de vez que as primeiras operações foram realizadas em maio último. É de observar-se, entretanto, que a idéia de promover a especialização de estaleiros pequenos para a produção de barcos padronizados de projeto brasileiro não se está concretizando. Praticamente uma única Companhia se beneficiou dos financiamentos até agora concedidos - FERJARO - a qual originou-se de um artifício do estaleiro CANECO, criando uma nova empresa para poder se enquadrar na Decisão do BNDE, que excluía do programa os estaleiros de porte médio.

A outra iniciativa importante, já referida no item 2, foi a elaboração de um projeto próprio e a construção de um primeiro protótipo (sem a colaboração do Banco) por parte do estaleiro EMAQ, também excluído pela Decisão do Programa Experimental.

Esses fatos constituem, no entender do Grupo, uma indicação válida para a revisão dos critérios até agora adotados, de modo a permitir que o apoio da Entidade seja estendido, também, aos estaleiros de porte médio, que

têm apresentado uma capacidade de resposta mais efetiva aos estímulos oferecidos pelo Banco.

IV

SUGESTÕES PARA UMA REVISÃO DA POLÍTICA
DO BANCO NO SETOR

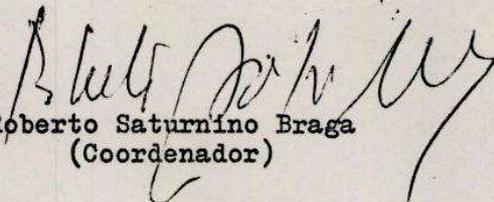
À luz das observações feitas nas partes anteriores dêste Relatório, o G.T. sugere à Administração Superior a adoção das medidas abaixo relacionadas, que caracterizariam uma revisão da política para o setor da pesca:

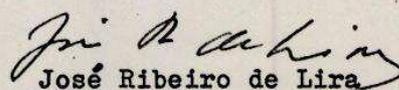
1. Recomendar às Autoridades Governamentais competentes o imediato levantamento da situação dos projetos aprovados para fins de captação de recursos provenientes de incentivos fiscais.
2. Determinar aos Agentes financeiros do FIPEME a submissão dos projetos no setor da pesca a uma prévia autorização do Banco até que uma nova decisão seja tomada à luz dos resultados do levantamento referido no item anterior.
3. Só conceder financiamentos, em caráter supletivo, a projetos integrados no setor de pesca, mediante análise cuidadosa de cada caso, com atenção especial para o problema da obtenção de matéria-prima, dando prioridade aos casos de reformulação e de fusão de projetos em andamento.
- 6 4. Estabelecer bases para um novo Programa de financiamento à aquisição de barcos pesqueiros de fabricação nacional, em sequência às iniciativas que forem tomadas com relação à sugestão apresentada no item 5 a seguir.
- 35 5. Conceder financiamentos, dentro do Programa FUNTEC, para a elaboração de projetos e ou construção de protótipos de barcos pesqueiros adequados às condições nacionais, por equipes técnicas de comprovada capacidade.
- 4A 6. Conceder financiamentos para a execução de projetos de portos pesqueiros e de entrepostos de venda de pescado que apresentem viabilidade econômica, segundo os critérios normais do Banco.
7. Colaborar na realização de estudos oceanográficos com vistas à sistematização e divulgação de informações sobre a localização e direção das reservas ictiológicas do mar brasileiro e sobre o controle biológico das espécies mais im-

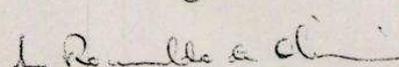
portantes.

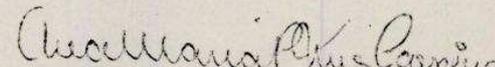
8. Determinar uma nova revisão da política para o setor decorrido o prazo de um ano ou menos, caso os resultados do levantamento referido no item 1 assim o recomendem.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1971.


Roberto Saturnino Braga
(Coordenador)


José Ribeiro de Lira
Economista (DO)


Ary Romualdo de Oliveira
Engenheiro (DOE)


Ana Maria Pereira Nunes Carneiro
Economista (DEE)

/aq.

OBSERVAÇÕES GERAIS PARA REUNIÃO SOBRE O SETOR PESCA1. Problemas Estruturais

- a) Falta de conhecimento das reservas pesqueiras do País:
há necessidade de serem intensificadas pesquisas, além de divulgação ampla de seus resultados;
- b) Superdimensionamento dos investimentos no setor e inadequação de instalações /embarcações, em consequência da facilidade de captar recursos financeiros pelo sistema de incentivos fiscais, aliada ao desconhecimento da realidade e falta de vivência de empresários e de órgãos do Governo, o setor encontra-se superdimensionado; outrossim, há inadequação de instalações/embarcações em relação às zonas pesqueiras;
- c) Hábitos alimentares pouco favoráveis ao desenvolvimento do mercado interno, especialmente nas regiões do interior.
A importância do pescado na dieta alimentar reside não só no seu alto valor nutritivo (proteínas), como na possibilidade de ser produzido a baixos custos. O desenvolvimento de forte mercado interno consumidor é que propiciará incursões rentáveis no mercado externo, pois as empresas atingirão seu ponto de equilíbrio no mercado interno e poderão enfrentar oscilações no mercado externo;
- d) outros problemas estruturais: práticas predatórias, inadequada formação de mão-de-obra especializada e falta de capacidade gerencial.

2. Problemas Conjunturais

Somam-se os problemas conjunturais seguintes:

- a) deslocamento ou desaparecimento de espécies;
- b) retração de consumo e queda de preços no mercado externo; e
- c) crise financeira das empresas.

3. Linhas de Atuação:

1. Fortalecimento da SUDEPE (staff, recursos financeiros), com unificação de comando na atividade setorial como um todo (pes

- quisa, captura, industrialização, inclusive operação de barcos e terminais pesqueiros e comercialização).
2. Dar à pesca tratamento análogo ao da agricultura, tanto no que se refere ao crédito como no que tange às atividades de pesquisa e apoio tecnológico.
 3. Modificação do Plano a fim de tirar a ênfase na expansão da capacidade, mesmo que se trate de projeto de exportação.
 4. Tomada de consciência de que o esquema de opção fiscal não é incentivo ao setor de pesca, mas sim ao contribuinte do imposto de renda. Só assim se conseguirá eliminar a impressão generalizada de que a pesca é fortemente subsidiada.

1942-1943

